



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.
Sub-eixo: Ênfase em Juventude.

AVALIAÇÃO POLÍTICA: O CASO DO PROGRAMA VIDA NOVA EM PERNAMBUCO

Thais de Albuquerque Maranhão Lôbo¹

Resumo: O artigo apresenta uma avaliação política do Programa Vida Nova em Pernambuco, de 2007 a 2014. Intenta apreender os objetivos explícitos e implícitos, fundamentos, diretrizes e valores que sustentam o programa. Foi realizada uma pesquisa documental com documentos oficiais e relatórios técnicos. Espera-se que o trabalho evidencie a importância dos programas sociais na vida de seus usuários.

Palavras-chave: Programa Vida Nova. Avaliação Política. Pernambuco.

Abstract: The article presents a political evaluation of the Vida Nova Program in Pernambuco from 2007 to 2014. It tries to understand the explicit and implicit objectives, fundamentals, guidelines and values that underpin the program. Documentary research was conducted with official documents and technical reports. It is hoped that the work will evidence the importance of social programs in the lives of its users.

Keywords: Programa Vida Nova. Political Evaluation. Pernambuco.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma avaliação política e, conseqüentemente, conhecer, analisar e avaliar os fundamentos políticos, as diretrizes e os valores que sustentam o Programa Vida Nova – Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Risco e Rua, então executado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, durante as duas gestões do governador de Pernambuco, à época, Eduardo Campos, que compreende o período de 2007-2014.

Entende-se o Vida Nova como uma intervenção que constitui uma resposta pública às demandas sociais que são encaminhadas ao governo, de enfrentamento à pobreza, ao desemprego e à desigualdade social, ou seja, a essas expressões da questão social, apreendida como:

Síntese reflexiva do aprofundamento das desigualdades sociais, acumuladas e manifestas nas mais variadas formas de pobreza, miséria, desemprego e exclusão social [...] (ARCOVERDE, 2008, p. 109) ou como bem explicita lamamoto, conforme o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <thais.maranhao98@gmail.com>.

a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (1998, p. 27).

A problemática construída busca fundamentos na avaliação política do programa em questão, que, assim como Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 108), “por avaliação política entendemos a análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra”, assim, pretende-se buscar e analisar os aspectos e suas estruturas a fim de elucidar os seus critérios justificadores, ou seja: a relevância do programa para seu público-alvo e sua relação no contexto estado-sociedade.

Visando avaliar a configuração do programa, serão considerados, ainda, indicadores que se referem ao formato do programa a partir da perspectiva dos direitos envolvidos numa perspectiva adaptada de Boschetti (2009): o discurso justificador e a estrutura do programa; as concepções que fundamentam as razões de sua escolha; a perspectiva teórica do direcionamento do Programa, as diretrizes que norteiam o PVN, os valores que sustentam sua proposta; a quem está direcionado e o perfil dos beneficiários; questões relativas à acessibilidade e à permanência dos usuários no programa; a intersectorialidade com outros programas/políticas sociais.

Para isso, foi realizada a caracterização do Programa Vida Nova e suas especificidades como historicidade, objetivos, público-alvo, estrutura e funcionamento, bem como a estruturação de um quadro de categorias que mostrassem seus fundamentos, diretrizes e valores. Além disso, elaborou-se uma contextualização do Estado de Pernambuco durante a gestão do governador Eduardo Campos no referido período (2007-2014), a fim de compreender a particularidade da relação Estado e sociedade civil, na qual estava inserido o programa. Por fim, foi realizada uma pesquisa documental dos conteúdos incluídos em documentos oficiais e normativas técnicas, para construir a avaliação política e suas especificidades supracitadas.

2. Contextualização do Estado de Pernambuco (2007-2014)

2.1 Determinantes políticos

Durante o período colonial da história de Pernambuco, o poder do Estado e até mesmo o controle da sociedade em geral se encontravam nas mãos dos

denominados coronéis, herdeiros de famílias tradicionais patriarcais do Estado. Segundo Faoro (2012, s.p.) “o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política [...] A passagem do regime imperial ao republicano irá acentuar e exacerbar a função eleitoral do coronel. Tirar-lhe-á as albardas centrais, não para autonomizá-lo, mas para entregá-lo aos poderes estaduais”. Essa herança cultural patriarcal enraizou-se na história da sociedade e exerce, até os dias de hoje, uma forte influência, principalmente política, nas relações sociais e de classes ou estamentos, que conformam a sociedade pernambucana. O que se percebe é que essas famílias tradicionais patriarcais acabam por se congregar através dos matrimônios e culminam na criação de uma dominação consentida e difícil de ser superada.

Um exemplo próximo à pesquisa de uma recente, mas duradoura, hegemonia política é a da família Campos/Arraes, que, representada inicialmente por Miguel Arraes, conquistou três vezes o mandato de governador do estado de Pernambuco. Após sua morte, Arraes conseguiu deixar um influente herdeiro político, seu neto Eduardo Campos, que prosperou por duas gestões no governo de Pernambuco.

Eduardo Campos ocupou o cargo de governador do estado num período de sete anos (2007-2014) e devido, principalmente, a seu cargo como ministro no governo Lula, conseguiu firmar alianças estratégicas que facilitaram seu plano de desenvolvimento no estado de Pernambuco. Em sua primeira gestão (2007-2010), construiu e apresentou seu Programa de Governo, o da Frente Popular de Pernambuco que tinha como proposta uma mudança/alteração no estilo de desenvolvimento, então utilizado no estado (caracterizado pelo fraco desenvolvimento no setor econômico), a fim de alavancar o crescimento econômico, melhorar os indicadores sociais e “superar as mazelas do passado”. O relatório do Programa afirmava em uníssono que “nossos problemas mais graves estão ligados às péssimas condições de vida da maior parte da nossa população” e, com isso, o plano propôs como prioridade realizar a ampliação do bem-estar dos cidadãos pernambucanos.

Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE), o partido liderado pelo governador, o PSB, se tornou, na última década, um partido hegemônico no estado de Pernambuco, onde o número de prefeituras da sigla quintuplicou no período de 2004 a 2016. Nas eleições federais, a sigla e a

bancada também ampliaram sua participação, com três governadores eleitos seguidos e tendo, atualmente, oito deputados federais e quinze deputados estaduais, o que acaba por facilitar as coalizões na formulação e implementação de estratégias e políticas de governo.

2.2 Determinantes econômicos

Na contemporaneidade, os governadores que chegaram à gestão do estado de Pernambuco tiveram dificuldades ao tentarem expandir sua economia. No geral, o período foi marcado por grandes oscilações econômicas, com ciclos de expansão e também de estagnação e retração. Foi com Eduardo Campos que Pernambuco conseguiu uma maior relevância no mapa brasileiro, se tornando o estado do Nordeste que mais cresce economicamente e graças à sua estratégia econômica, atualmente, o estado possui o décimo maior PIB do país, sendo destaque na produção industrial do Norte-Nordeste (refinaria Abreu e lima, petroquímica SUAPE, estaleiro Atlântico Sul e PROMAR etc.), nos polos médico e tecnológico (possuindo o maior parque tecnológico do Brasil) e no setor de turismo.

Devido ao alto investimento econômico, de 2008 a 2014, Pernambuco conseguiu superar a média nacional no que diz respeito ao PIB (IBGE, 2010). Destaca-se o ano de 2009, no qual Pernambuco teve um PIB de 2,8%, enquanto a média nacional foi negativa (-0,2%). Em 2012, o estado teve uma participação histórica de 2,7% na economia brasileira com um PIB de R\$ 115, 6 bilhões. No mesmo ano, o PIB pernambucano cresceu 2,2%, mais que o dobro da média nacional que atingiu 0,9%.

2.3 Determinantes sociais

É possível perceber, contudo, que esse relativo crescimento econômico não está em consonância com os indicadores sociais, os quais continuam a apresentar um desenvolvimento de distribuição de renda extremamente desigual, contrapondo o discurso realizado no início do primeiro mandato do governador Eduardo Campos.

Em 2010, o índice de desenvolvimento humano (IDH) foi de 0,673, o que representa uma taxa de crescimento de 23,71% em relação ao ano 2000. Entretanto, o estado caiu da 15ª posição para a 19ª posição, perdendo, ainda, o segundo lugar do Nordeste para o Ceará. É possível analisar, também, que a alta taxa no índice de Gini² do estado, apesar de ter caído de 0,66%, em 2000, para 0,62%, em 2010 (PNUD, 2013), ainda representa um alto nível de desigualdade social. De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), Pernambuco tem aproximadamente 1,37 milhão de sua população em situação de extrema pobreza, sendo ainda o quarto estado do Nordeste nos indicadores de pobreza absoluta, com 50,1%.

Além das questões apresentadas, no estado de Pernambuco, a cidade do Recife é onde se encontra o maior contingente de população em situação de rua. A última pesquisa feita pelo Instituto de Assistência Social e Cidadania em 2005, mostra que existem cerca 1.390 pessoas em situação de rua na cidade, sendo 940 homens (67,4%) e 450 mulheres (32,6%). A pesquisa revela ainda que a faixa etária que mais se encontra em situação de rua é a de crianças e adolescente (0 a 18 anos) com 502 pessoas. Com o intuito de acolher e garantir os direitos dessa população, programas como o Vida Nova e o Atitude foram implementados a fim de promover, principalmente, a ressocialização de seus usuários. Contudo, é de se projetar o aumento progressivo dessa população, depois de 2007 e até 2014, tendo em vista os dados de pobreza, desocupação e de desemprego acima referidos e, de certa forma, concentrados na cidade de Recife.

3. O programa Vida Nova

No período de 2001/2002 o Programa Vida Nova começou a ser desenhado e implementado na chamada Estação Futuro que, sob responsabilidade da cruzada de ação social, tinha como atenção prioritária a população em situação de rua, através de ações paliativas e temporárias. Com

²Este índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

o fim da cruzada em 2003, a Estação passou a ser de responsabilidade da antiga Secretaria de Planejamento e Assistência e, por deter poucos recursos, passou a ter menos atuação.

Apenas em outubro de 2007, durante o primeiro mandato do governador Eduardo Campos, que, através do decreto nº 30.874, foi implementado como materialização da política de Assistência Social o Programa Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Risco e Rua, sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ). Em setembro de 2013, com o intuito de ampliar os critérios de atendimento, altera-se o nome do programa, o qual passa a ser intitulado como Programa Vida Nova – Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Risco e Rua.

O programa tratado tem como público alvo crianças, adolescentes, jovens e adultos, principalmente aqueles em situação de risco e de rua que foram, ou ainda se encontram, inseridos em realidades que violem seus direitos por ocorrência de: violência (física, psicológica e/ou sexual); abuso ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar; usuários de substâncias psicoativas; mendicância; tráfico de pessoas; trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça ou etnia; usuários que estão sob acolhimento institucional (abrigo).

Dentre os objetivos do programa, listam-se os principais como: promover a inclusão pessoal, familiar, comunitária e social desses jovens; ampliar o acesso da população em situação de risco e rua aos serviços ofertados pelas diversas políticas públicas e ao Sistema de Garantia de Direitos; articular a oferta de formação educacional, visando a ampliação da inserção qualificada no mundo do trabalho de forma compatível com seu desenvolvimento; promover espaço favorável à qualificação social, autonomia e a participação democrática dos jovens; potencializar habilidades e talentos, objetivando a ressignificação de sentido de vida e de pertencimento do indivíduo em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social.

A justificativa do programa parte da realidade social desigual e hierarquizada, originada pelos rebatimentos do sistema capitalista que, para manter seu funcionamento equilibrado, acaba por descartar as pessoas que não têm a condição necessária para se inserir no mercado de trabalho proposto pelo sistema. Esse fator acaba por ser determinante na vida dos indivíduos

considerados “irrelevantes” ao capital, jogando-os para uma posição de vulnerabilidade e risco social e até mesmo em situação de rua. É nesse contexto que o Programa surge como o único no Estado de Pernambuco a concretizar serviços de média e alta complexidade voltados para a população em situação de rua.

4. Reflexões sobre o discurso do PVN

Sendo o âmago da pesquisa a avaliação política, com o objetivo de “a analisar o processo de tomada de decisão que resulta na adoção de determinado tipo de política pública” (ARRETCHE, 1998, apud BOSCHETTI, 2009, p. 1), faz-se necessário para o projeto uma busca acerca das prioridades e das metas dos programas de governo do período selecionado, através de um estudo dos mesmos, a fim de identificar as razões pelas quais o programa em questão foi preferível a outrem, ou seja, “compreender e explicar os motivos, razões ou argumentos que levam (ou levaram) os governos a adotarem determinados tipos de políticas públicas, em detrimento de outros”. (BOSCHETTI, 2009, p. 1).

Para isso, realizou-se a construção do quadro teórico com os fundamentos, diretrizes e valores do Programa Vida Nova, na intenção de sistematizar as informações que possibilitassem uma compreensão inicial da intencionalidade do Governo ao implementá-lo, bem como suas bases teóricas e seus critérios norteadores.

No relatório técnico do programa, ao desvelar seus critérios justificadores, percebe-se uma aproximação do que seria um Estado-Providência, no qual o governo intenta interceptar e modificar a realidade desigual, reconhecendo a questão da pobreza, mas não trabalha as suas causas, não procura as raízes dessa problemática, derivada principalmente do sistema explorador e opressor que é o capitalismo. Para o governo, o aumento do contingente populacional em extrema vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social demanda uma maior atuação do Estado, que, de certa forma, apresenta-se como uma intervenção tardia, visto que tratará de modificar as consequências e não, as causas da desigualdade.

4.1 Fundamentos do PVN

É possível apontar que o Programa Vida Nova se fundamenta na inclusão social, na qualificação profissional, nos direitos sociais e na Assistência Social. O conceito de inclusão social se alinha ao que foi determinado pela Comissão das Comunidades Europeias (2003, p. 9) como sendo o “processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social ascendam às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas econômica, social e cultural [...]”. É evidente que se trata de um processo gradual, mas o programa parte da intenção de ser um agente motivador na vida de seus usuários, garantindo, inicialmente, seus mínimos sociais e, posteriormente, atuando diretamente na ressocialização dos indivíduos.

Entretanto, a partir da análise dessa categoria, é possível afirmar a compreensão de que o PVN funciona como resultado do que foi afirmado por Martins (1997) como de uma reinclusão, consequência da exclusão e da desigualdade social inerente ao sistema capitalista. Segundo Martins (1997, p. 32), “o problema da exclusão começou a se tornar visível nos últimos anos porque começa a demorar muito a inclusão”. Assim, o PVN é uma consequência do processo de exclusão do capitalismo, que pretende incluir os “cidadãos” de modo a favorecer e fortalecer o sistema, já que o governo, então formulador do programa, tem relações estreitas com o grande capital.

Com relação à qualificação profissional, o PVN propõe, através, principalmente, do incentivo à inserção ou reinserção no mercado de trabalho formal, construir um projeto profissional e, conseqüentemente, de vida com e para o usuário. Observa-se, ainda, que o programa direciona suas ações relativas à qualificação, de acordo com as demandas e as necessidades impostas pelo sistema capitalista. O PVN parte do pressuposto de ser um auxílio na vida de seus usuários, que os possibilitem ingressar no mercado de trabalho, mesma perspectiva utilizada por Santos (2013, p. 1), que entende qualificação como “uma ferramenta de inserção e permanência do trabalhador no mundo do trabalho”. Como a questão trabalho é atualmente um validador de cidadania, conseqüentemente, isso contribuiria para a afirmação dos usuários do programa como cidadãos, ainda que não em sua plenitude.

Por fim, no que tange aos direitos sociais e à Assistência Social, o programa apresenta em seu relatório técnico a pretensão de assegurar esses direitos, sendo um deles a assistência, já que estes estão sob a responsabilidade do Estado. Afinal, como previsto no Art. 1º da LOAS (1993, s. p.) “a Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”

4.2 Diretrizes do PVN

Compreende-se diretrizes como princípios que direcionam e norteiam a execução dos programas sociais. Tendo como diretriz “a efetivação e reconhecimento dos direitos humanos e da cidadania”, o Vida Nova atua em sua prática para que seus usuários iniciem o processo de reinserção social de forma gradual, iniciando com a retirada de documentos e a participação no ciclo educacional básico, a fim de apresentar aos seus usuários as noções de direitos previstas para o cidadão.

Outra diretriz que norteia o programa é a de “promoção de inclusão pessoal, familiar, comunitária e social”, executada no convívio social com outros usuários e no auxílio prestado ao fortalecimento dos vínculos familiares, bem como o acompanhamento com psicólogos e assistentes sociais.

Por último, o Vida Nova pretende “capacitar adolescentes e jovens para inserção no mercado de trabalho formal”. Essa diretriz é possivelmente a mais frágil do programa, muito pelo fato da falta de recursos para realização de oficinas e cursos profissionalizantes. Em seu início, o programa tinha parceria com escolas técnicas, mas, após o corte de recursos, teve que voltar para a área das oficinas, que buscam atender às demandas e vontades dos usuários. Todavia, a maioria dessas atividades tendem a direcionar os usuários ao mercado informal, sem garantia de direitos trabalhistas ou proteção social.

4.3 Valores do PVN

Os valores que sustentam o Programa Vida Nova são: justiça, igualdade, direito, cidadania e liberdade. Após análise documental, foi possível

compreender que o programa utiliza e corrobora com a perspectiva liberal de cidadania de T. H. Marshall (1967), que a entende como o conjunto de direitos civis, políticos e sociais presentes na fase madura do capitalismo. É válido ressaltar ainda que o PVN compreende liberdade e cidadania como invioláveis, assim como afirmado pelo liberal defensor do igualitarismo com o véu de ignorância Rawls (2000, p. 4), segundo o qual “numa sociedade justa, as liberdades da cidadania igual são invioláveis; os direitos assegurados pela justiça não estão sujeitos à negociação política ou ao cálculo de interesses sociais”.

Aparecendo cerca de trinta e seis (36) vezes na normativa técnica do programa, a categoria direito surge como principal valor utilizado no documento. A categoria foi quase sempre acompanhada pelas palavras garantia, efetivação e violação, o que demonstra a intencionalidade do programa em trazer à tona a consolidação dos direitos para seus usuários. Entretanto, Barbalet (1989) elucida que não existe necessariamente uma identidade prática entre política social e direitos, principalmente os sociais, e que, como no caso do PVN, um alto grau de seletividade de seus usuários se contrapõe à perspectiva de universalidade dos direitos sociais, no qual um seleto grupo tem acesso aos aparatos do programa enquanto os outros (que não atenderam aos critérios necessários) continuam no seu estado de marginalidade e vulnerabilidade social.

O valor justiça (comutativa, distributiva, redistributiva) sem acompanhamento de seu adjetivo social aparece no documento apenas três (3) vezes. O programa não discute essa questão, que é, de fato, relevante para o seu direcionamento, já que o conceito de justiça estaria sendo efetivado no sentido de garantir os direitos que deveriam ser inerentes a todos, mas que foram desrespeitados e violados pela desigualdade social produzida pelo e no sistema capitalista. Apesar das poucas aparições do termo nos documentos estudados, é possível inferir que a concepção de justiça que sustenta o PVN se assemelha ao conceito de justiça social presente na perspectiva social-democrata, segundo a qual ela está “atrelada a uma equitativa distribuição de recursos ou fontes externas, deveres e oportunidades na sociedade” (SILVA; SARRIERA, 2016, s.p.).

Visto que os valores supracitados não estão dispostos para todos os membros da sociedade na atual conjuntura, principalmente aqueles

invisibilizados e marginalizados socialmente, como é o caso da população em situação de rua, o programa busca, a partir desses valores, partir de uma noção de igualdade e liberdade para, posteriormente, viabilizarem as questões relativas à cidadania, justiça e direito de seus usuários. Sabemos, contudo, que apesar desses valores estarem dispostos na normativa e serem utilizados como forma de orientação pelos profissionais presentes na atuação do programa, o governo não a compreende como produto do próprio sistema capitalista, deslocando-o de sua agenda, cortando seus principais recursos (uma contradição concreta) e afixando, como visto anteriormente, os indicadores relativos às questões sociais, que se encontram em situação precária.

5. Conclusões

Com isso, foi possível verificar que o governo de Eduardo Campos, apesar dos inúmeros programas sociais, optou por priorizar o setor econômico em detrimento do social, com um maior investimento de empresas privadas, principalmente na construção civil. Viu-se, ainda, que por priorizar o setor econômico, os indicadores sociais acabaram alavancando quando comparados à média nacional, numa relação inversamente proporcional. O que se percebe é que, apesar de um importante ciclo expansionista no estado, a questão social não é apaziguada por esse processo.

Observa-se, ainda, que o Programa Vida Nova se materializou, principalmente, após uma alta demanda por atenção para esse contingente populacional. Demanda esta que parte não somente do público-alvo, mas, também, da sociedade ou até mesmo do interesse do grande capital. O Programa Vida Nova nasce como uma resposta pública às situações de vulnerabilidade social de uma parcela fundamental da população com a intenção de consumir as diretrizes propostas na Política Nacional de Assistência Social/PNAS e na Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS, visando assegurar os mínimos sociais para que seja possível uma universalização dos direitos sociais. O programa pretende, ainda, contribuir com a inclusão e a proteção social dessa parcela fragilizada da população, além de procurar promover equidade nos parâmetros da sociedade capitalista.

Ao analisar as características do programa, entretanto, viu-se que este tem um dificultador já em sua formulação, afinal, propõe um plano de objetivos em nível estadual muito extenso e ambicioso e isso acaba por interferir na eficiência do funcionamento do programa, uma vez que quanto mais objetivos afixar, mais difícil será de colocá-los em prática. É válido ressaltar, contudo, a importância de existir um programa como o Vida Nova face à problemática construída nas teias das relações sociais e de produção, também por percebê-lo como pioneiro no estado e um dos poucos do país que tem a atenção voltada para a população em situação de rua, afinal a realidade social vivenciada por esta população responsabiliza os gestores e sua presença pressiona por uma política pública que funcione como o alicerce de um novo projeto de vida, por mínimo que seja. É possível afirmar que por mais simples e básica que seja a política ou o programa, sem ela, o seu público-alvo não sairia da invisibilidade, e dificilmente poderia, a passos lentos e insuficientes, usufruir de direitos sociais.

Por fim, conclui-se que, apesar do posicionamento neoliberal do governo de Eduardo Campos e do PSB, o Programa Vida Nova possui uma vertente ideológica configurada sob a égide da perspectiva social democrata que intenta, através de políticas e programas, diminuir as injustiças sociais advindas do sistema capitalista contemporâneo, que, dotado de contradições, acaba por transparecer as expressões da questão social, como, por exemplo, posicionar, marginalizar e culpabilizar uma parcela da sociedade, a população em situação de rua. O programa intenta uma reinserção de seus usuários, a partir de alternativas proporcionadas pelo sistema, como a inserção no mercado de trabalho que os tornariam uma parte da ignição da máquina capitalista. Apesar disso, o programa possui intenções positivas e visa concretizar melhorias de bem-estar na vida de seus usuários.

Referências

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Serviço social e questão social na globalização. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 102-124, 2008. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/6/71>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS; ABEPSS (org). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1. ed. Brasília: CFESS, v.1, p. 575-592, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.742. Lei orgânica da assistência social (LOAS). Brasília, DF, 7 dez. de 1993.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social (200305)**. Bruxelas: COM, 2003. Disponível em: <<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/files/database/000021001-000022000/000021837.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica**. In: Cadernos IDESP, nº 15, 1986. 107-127, set./dez. 1986.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/tppe/todos-por-pe-programas-de-governo>>. Acessado em: 24 out. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez: 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. **População em situação de rua na cidade do Recife - censo e análise qualitativa**. Recife: IASC, 2005. Disponível em: <<https://www.recife.pe.gov.br/pr/secsocial/populacaorua.php>>. Acesso em: 17 out. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pobreza Extrema em Pernambuco: evolução, dimensão e características**. Recife: CONDEPE/FIDEM, 2011.

MARTINS, J. De S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção temas da atualidade).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano do Brasil**. PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/pernambuco>. Acesso em: 8 nov. 2017.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANTOS, K. P. **Política de qualificação profissional**: avanços e perspectivas no Estado do Amapá. In: PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, n. 6, p. 149-163, dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/383/n6Santos.pdf> >. Acesso em: 4 set. 2017.

SILVA, C. L.; SARRIERA, J. C. Promote social justice: ethical commitment to community relations. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 28, n. 2, p. 380-386, Ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000200380&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2018.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. Resultado das eleições anteriores. Disponível em: <<http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/eleicoes-ant anteriores>>. Acesso em: 4 set. 2017.